

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Portugal defronta-se com uma crise sem precedentes. A situação económica e social degrada-se a cada dia que passa. A nível europeu a crise não abranda, a situação de alguns Estados membros agrava-se. A crise social alastra-se e a Europa revela muitas dificuldades em estancar os problemas. Torna-se por demais evidente que a necessidade urgente de adotar medidas eficazes. Portugal tem por isso o dever e a responsabilidade de ser parte ativa, no processo de decisão europeia, na procura de respostas adequadas que permitam não só à UE, mas, sobretudo, aos portugueses ultrapassar a situação difícil em que se encontram.

Em maio de 2011, Portugal recebeu assistência financeira através de um ambicioso Programa de Ajustamento Económico, sob condição de que fossem iniciadas ações globais e duradoras para estabilizar as finanças públicas e pôr em prática reformas estruturais suscetíveis de promover o crescimento. Contudo, um ano após esta assistência, a situação do país não melhorou. De acordo com os últimos dados, a **divida pública aumentou**, passando de 94,5% do PIB, no 1º trimestre de 2011, para 107,8% (no 4º trimestre de 2011); **o défice aumentou**, passando de 7,5% do PIB (1º trimestre de 2011) para 7,9% (1º trimestre deste ano); **o PIB caiu 2,2%** em relação ao primeiro trimestre de 2011, apresentando Portugal a 2ª contração do PIB mais elevada a seguir à Grécia; **o desemprego atingiu**, no último mês de maio, **o valor mais elevado de sempre: 15,2%**, contra 12,7% no mesmo mês homólogo de 2011. Outros indicadores insistem em revelar que a situação do país se agrava dia após dia. No contexto da zona euro, Portugal apresenta a **maior quebra no consumo privado**; a **2ª maior quebra no consumo público**; a **4ª maior quebra no investimento**; a **3ª maior quebra na procura interna**.

Estes são números demasiados duros que obrigam não só a uma profunda reflexão mas sobretudo a encontrar caminhos alternativos que passem pela renegociação das condições do programa de ajustamento económico sem prejudicar a consolidação das contas públicas, possibilitando o crescimento económico e a criação de emprego.

A União Europeia tem de ser capaz de encontrar soluções adequadas e atempadas que permitam à Europa e aos Estados membros ultrapassar a grave crise em que se encontram. Importa, por isso, que a Europa saiba também refletir sobre as condições impostas aos Estados membros que recebem assistência financeira, uma vez que até agora nenhum dos Programas

alcançou o sucesso previsto.

Neste contexto, e empenhado em dar o seu contributo no sentido de encontrar soluções que permitam a Portugal e à UE ultrapassar a atual conjuntura, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista tem apresentado as suas propostas, consubstanciadas nomeadamente nos Projetos de Resolução nºs 334 /XII e 393/XII, cujo os quais obtiveram diminuta aceitação por parte dos grupos parlamentares que apoiam o Governo.

Assim, nos termos constitucionais, regimentais e legalmente previstos, os Deputados do Partido Socialista, abaixo assinados vêm por este meio requerer aos Senhores Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, por intermédio de Vossa Excelência, os seguintes esclarecimentos:

1. Está o Governo disposto a reconhecer que o agravamento da situação nacional e de outros Estados membros torna evidente a necessidade de inverter o caminho seguido até aqui?
2. Não considera o Governo que a atual conjuntura proporciona um quadro compreensível que permite suscitar a renegociação do Programa de Ajustamento Económico, e por conseguinte permite aliviar o garrote que está a estrangular a economia portuguesa e a deteriorar as condições de vida dos portugueses?
3. Está o governo disposto a rever a sua posição em relação às propostas apresentadas pelo GP/PS, no que concerne:
 - a) Ao reforço da capacidade de intervenção do Banco Central Europeu, tendo em conta a sua ação recente e as novas exigências da União Económica e Monetária e de financiamento dos Estados-membros e da economia europeia;
 - b) Na definição de mecanismos europeus de garantia e de intervenção na gestão da dívida soberana nacional, seja através do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) ou do Mecanismo Europeu de Estabilização (MEE);
 - c) Na criação de mecanismos efetivos de proteção da dívida soberana face à agressividade dos operadores de mercado através da coordenação da emissão de dívida de curto prazo dos Estados-membros da zona euro;
 - d) Na emissão de eurobrigações como forma de redução dos custos de financiamento de curto prazo e servindo de proteção contra o risco de uma crise de liquidez;
 - e) No que toca aos recursos oriundos da futura taxa sobre as transações financeiras e de uma parte dos fundos comunitários não utilizados por todos os Estados membros até 2014, para que estes sejam consignados ao combate ao desemprego jovem e ao apoio às pequenas e médias empresas, através de dois novos programas comunitários a criar para o efeito;
 - f) Numa melhor conciliação entre os objetivos de disciplina orçamental com os objetivos de crescimento e de criação de emprego, nos programas de ajustamento e de consolidação orçamental que deverão ser avaliados a cada momento à luz da realidade europeia e da situação específica de cada país, sendo aplicável na União Europeia o princípio do acesso em condições de igualdade de todos os Estados-membros às medidas de estabilização financeira.
4. Está o Governo disposto, em nome da defesa do interesse dos portugueses, a afastar-se das orientações emanadas pela Chanceler Merkel, centradas apenas no controlo do défice e que recusam qualquer outra solução de saída da crise nomeadamente a criação de eurobonds, e unir esforços com outros Estados membros que defendem que a solução para crise passa pela conjugação de medidas de controlo do défice com medidas favoráveis ao crescimento e ao emprego?
5. Os objetivos da estratégia “Europa 2020” têm sido consecutivamente renovados em todos os Conselhos Europeus. Porém, as opções tomadas pelo Governo de desinvestimento nas áreas da educação, ciência, novas tecnologias e energias renováveis podem afastar o país das metas preconizadas pela estratégia. Que estratégia tem o governo que permita a Portugal cumprir tais objetivos?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 11 de Julho de 2012

Deputado(a)s

PEDRO JESUS MARQUES(PS)

MARIA HELENA ANDRÉ(PS)

IDÁLIA SALVADOR SERRÃO(PS)

BASÍLIO HORTA(PS)

MIGUEL FREITAS(PS)

JOÃO GALAMBA(PS)

PEDRO NUNO SANTOS(PS)

ANA PAULA VITORINO(PS)

VIEIRA DA SILVA(PS)

SÓNIA FERTUZINHOS(PS)

FERNANDO MEDINA(PS)

MANUEL SEABRA(PS)

MOTA ANDRADE(PS)

VITALINO CANAS(PS)